

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842)

*Carolina Mafra de Sá¹
Mônica Yumi JINZENJI²*

RESUMO

No âmbito dos estudos sobre os intelectuais e a educação, esta pesquisa analisa o papel de Pedro Gomes Nogueira no processo de desenvolvimento social, político e cultural da vila/cidade mineira de Sabará entre as décadas de 1810 e 1840. O período foi marcado por grande instabilidade política e pelo processo de constituição do Brasil independente. Gomes Nogueira destacou-se por várias frentes de atuação: foi coronel do Primeiro Regimento de Cavalaria; fundou a Sociedade Pacificadora e Philantropica; foi diretor e redator de jornais; contribuiu para o desenvolvimento do teatro; formou e manteve a Guarda Nacional e a Irmandade de Misericórdia; e foi vereador e presidente da Câmara Municipal. A análise documental indica que se tratava de um intelectual engajado e preocupado com a instrução pública, com inserção e influência reconhecida nas diversas instâncias em que atuou, difundindo valores voltados à defesa da ordem e dos ideais liberais moderados.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços de sociabilidade. Intelectuais. Sabará.

¹ Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3871-0716>. E-mail: mafradesa@gmail.com

² Psicóloga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora associada da Faculdade de Educação da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3639-9389>. E-mail: monicayj@ufmg.br

The intellectual Pedro Gomes Nogueira and the educational, political, and philanthropic actions for the ordering of Sabará – Minas Gerais (1810-1842)

*Carolina Maфра de SÁ
Mônica Yumi JINZENJI*

ABSTRACT

Within the scope of studies on intellectuals and education, this research analyzes the role of Pedro Gomes Nogueira in the process of social, political and cultural development of the village/town of Sabará in Minas Gerais between the 1810s and 1840s. The period was marked by great political instability and the process of establishing an independent Brazil. Gomes Nogueira stood out on several fronts: he was a colonel in the first cavalry regiment, he founded the pacifying and philanthropic society, he was a newspaper director and writer, he formed and maintained the National Guard and the Brotherhood of Mercy, and he was a town councilor and president of the town council. He was concerned with public education and contributed to the development of the theater. Documentary analysis indicates that he was an engaged intellectual, who had a recognized influence in the various instances in which he worked, spreading values aimed at defending order and moderate liberal ideals.

KEYWORDS: Spaces of sociability. Intellectuals. Sabará.

El intelectual Pedro Gomes Nogueira y las acciones educativas, políticas y filantrópicas para el ordenamiento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842)

*Carolina Mafra de SÁ
Mônica Yumi JINZENJI*

RESUMEN

En el ámbito de los estudios sobre intelectuales y educación, esta investigación analiza el papel de Pedro Gomes Nogueira en el proceso de desarrollo social, político y cultural de la villa/ciudad de Sabará, en Minas Gerais, entre las décadas de 1810 y 1840. La época estuvo marcada por una gran inestabilidad política y por el proceso de constitución de un Brasil independiente. Gomes Nogueira destacó en varios frentes: fue coronel del primer regimiento de caballería, fundó la sociedad pacificadora y filantrópica, fue director y redactor de periódicos, formó y mantuvo la Guardia Nacional y la Hermandad de la Misericordia, y fue concejal y presidente del Ayuntamiento. Se preocupó por la educación pública y contribuyó al desarrollo del teatro. El análisis documental indica que fue un intelectual comprometido, que ejerció una influencia reconocida en las diversas instancias en las que trabajó y difundió valores encaminados a defender el orden y los ideales liberales moderados.

PALABRAS CHAVE: Espacios de sociabilidad. Intelectuales. Sabará.

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar as ações de Pedro Gomes Nogueira em prol do ordenamento e desenvolvimento da vila/cidade mineira de Sabará. Essas ações foram articuladas, nesta investigação, com os movimentos políticos, sociais e culturais do conflituoso período que antecedeu a independência do Brasil até o final do período regencial.

Problematizamos a educação no sentido amplo, considerando o papel das diversas instâncias que, a partir de formas específicas e singulares, buscavam contribuir para o ordenamento e para a organização do Estado Imperial brasileiro, em um momento marcado por intensas disputas políticas e tensões sociais. Nesse contexto, a escola não se constituía como referência para a educação e para a formação das novas gerações e da população em geral (Faria Filho, 2000). Dessa forma, a governabilidade necessária consistiu na construção de referências de civilidade, tais como a imprensa; a realização de festividades cívicas; a criação e aprimoramento de estabelecimentos culturais e artísticos, como o teatro; a assistência aos doentes e inválidos; e o desenvolvimento de associações paramilitares para o estabelecimento da ordem.

O coronel Pedro Gomes Nogueira era natural da corte do Rio de Janeiro e morador de Sabará. Sua trajetória política se assemelhava à de muitos de seus contemporâneos da elite política brasileira. Sua atuação nos diversos espaços públicos conciliada com os cargos administrativos do governo local e a redação de periódicos³, ilustra como esses grupos se mobilizaram e buscaram intervir no desenvolvimento da sociedade rumo à civilização e à instrução do povo, conforme o modelo das nações ditas modernas, naquele período.

Os periódicos, a Santa Casa, a Câmara de Vereadores, a Sociedade Pacificadora e Philantropica, a Irmandade de Misericórdia, a Guarda Nacional e o teatro são vistos, aqui, como lugares/espacos de sociabilidade em que o coronel Pedro Gomes Nogueira atuou das mais diversas formas, política e culturalmente. Lugares de sociabilidade podem ser entendidos, aqui, de duas maneiras distintas e complementares: como estruturas geograficamente localizadas, ou seja, estabelecimentos como o teatro, ou a Santa Casa, por exemplo; e como espacos simbólicos nos quais ocorrem relações não só profissionais, mas também pessoais, de aprendizado, de disputas e de laços afetivos⁴. Nesse sentido, é impossível dissociar esses espacos das redes de sociabilidade que eles engendram, vínculos esses que estão na base dos processos de ordenamento e instauração da ordem que investigamos.

³ Para mais informações sobre intelectuais e sua atuação no espaco público, ver Morel (2005), Silva (2002) e Sales (2002).

⁴ Sobre intelectuais e espacos de sociabilidade, ver Gomes (1999).

Elegemos esse sujeito como personagem para compreender o processo de instauração da ordem em Sabará, apoiando-nos no conceito de intelectual formulado por Jean-François Sirinelli (1996). Baseado nesse referencial, não consideramos que se tratava de um sujeito autônomo e alheio às contingências sociais, culturais e políticas de sua época. O cruzamento de fontes de diversas naturezas nos auxiliou a compreender a complexa dinâmica que envolvia o pertencimento político e a interlocução com os pares e opositores no contexto em estudo. De modo especial, os jornais que dirigia e redigia, e aqueles com os quais estabelecia interlocuções, podem ser vistos como um “meio intelectual” privilegiado para este estudo, pois, segundo Sirinelli, eles “[...] conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas” (1996, p. 249). Os jornais são, portanto, um

[...] observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais [...] lugar precioso para a análise do movimento das ideias [...] é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (Sirinelli, 1996, p. 249).

Os jornais forneceram muitos elementos que acabaram conduzindo o fio da narrativa aqui apresentada, em virtude de sua periodicidade e de seu relativo bom estado de preservação. No entanto, os outros espaços de sociabilidade, quando deixaram rastros das ações dos sujeitos, contribuíram para melhorar a problematização desse processo conflituoso de fundação da nação em diálogo e dissenso de diversos grupos e movimentos políticos em disputas de interesse. Nesse sentido, o conjunto dos documentos analisados contém atas de sessões da Câmara Municipal de Sabará; documentos relacionados às sociedades políticas e filantrópicas; livros de relatos de viagem; exemplares do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da província de Minas Gerais*; jornais do período; e o relato do cronista oficial da comitiva imperial sobre a viagem do Imperador D. Pedro I a Minas Gerais, entre dezembro de 1830 a março de 1831.

Realizamos a pesquisa tendo o nome como unidade de busca e, apoiando-nos em Ginzburg e Poni (1991), buscamos investigar os diversos modos como Pedro Gomes Nogueira participou das instâncias de ordenamento social e político na cidade. Ao buscar dar inteligibilidade a essa diversidade de fontes, cada qual com suas potencialidades e limites, abrimos mão da cronologia para dar centralidade às práticas nos respectivos espaços de sociabilidade; nesse processo, lacunas foram deixadas por responder, dando origem a novas perguntas, como será apresentado a seguir.

Sabará – de Fidelíssima a moderada

No início do século XVIII, o arraial de Sabará recebeu pessoas de diferentes lugares atraídas pelo ouro. Isso, conseqüentemente, chamou a atenção da metrópole portuguesa, que pretendia administrar e fiscalizar essa atividade. Em 1711 o arraial foi elevado à Villa Real de Sabará e em 1714 a vila foi considerada cabeça da Comarca do Rio das Velhas⁵. O título de Cabeça da Comarca pressupunha uma estrutura administrativa que fazia de Sabará um local por onde circulavam pessoas de toda a região. Como centro administrativo, Sabará dispunha de uma casa da câmara, uma cadeia, uma intendência e uma casa de fundição do ouro⁶.

Localizada na parte central da província de Minas Gerais, a 14 léguas de Ouro Preto – sede da administração política da província –, 16 léguas de Mariana – sede da administração religiosa –, Sabará situava-se na região denominada por Douglas Libby de Metalúrgica-Mantiqueira, local que “[...] constitui o núcleo minerador original da Capitania das Minas, continuou sendo a mais populosa e urbanizada região mineira ao longo do século XIX” (Libby, 1998, p. 43 *apud* Santos, 2007). Tratava-se, portanto, de uma cidade de destaque político, econômico e administrativo para a província.

Pedro Gomes Nogueira era um homem branco, casado, e vivia de negócios na Vila de Sabará, no início do século XIX. Como coronel-comandante do Primeiro Regimento de Cavalaria, tinha 42 anos em 1823⁷, quando Sabará recebeu do governo imperial o título de “Fidelíssima”. Também presenciou, em 1838, sua elevação à cidade⁸. O periódico *O Contemporâneo*, de 15 de junho de 1902⁹,

⁵ “[...] a 9 de julho de 1711 foi pela Junta do Governo, sendo Governador Albuquerque, elevado à Vila com o Título de – Vila Real de Sabará, e confirmada por El-Rei em carta de 31 de outubro de 1712, ficou considerada cabeça da Comarca pelo alvará de 6 de Abril de 1714 [...]” (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, 1.º Anno, 1864).

⁶ “Foi nesta Cidade criada pela Lei de 3 de dezembro de 1750 uma casa de fundição de ouro, onde fundiu-se muitos milhares de arrobas desse metal” (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, 1.º Anno, 1864).

⁷ Essas informações constam na Devassa de dois de dezembro de 1822, em que Nogueira testemunhou sobre a inexistência, em Sabará, de facção ou partido contra o “Trono Imperial e a Causa do Brasil”. Sua patente foi observada na documentação da Câmara Municipal de Sabará, do ano de 1822. In: *As Câmaras municipais e a independência: Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura (Ministério da Educação e Cultura); Arquivo Nacional (Ministério da Justiça), 1973, v. II, p. 273, 277, 285, 294.

⁸ “Pela lei provincial n. 93 de 1838 foi elevada à cidade” (*Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*, 1.º Anno, 1864).

⁹ Essa informação foi publicada na primeira página do jornal *O Contemporâneo*, de 15 de junho de 1902, na seção intitulada *Sabarenses Ilustres*, que pretendia, conforme consta no periódico anterior, do dia 08 de junho de 1902, também na primeira página, publicar escritos sobre “[...] individualidades de filhos ilustres dessa velha terra, tão cheia de opulentas tradições, quase completamente ignoradas da atual geração”. Pedro Gomes Nogueira foi o primeiro “sabarense ilustre” sobre o qual essa seção se ocupou.

sobre o coronel Pedro Gomes Nogueira, publicou que: “[...] antes da nossa independência, e ainda muito moço, foi por vezes perseguido por causa de suas arrojadas manifestações de patriota e republicano¹⁰, tentando destruir o jugo português que a nossa Pátria oprimia”¹¹. É lembrado, também, como “[...] literato e jornalista de alto valor [...]” e redator do jornal *O Vigilante*, “[...] jornal de lutas e que em tormentosos tempos da nossa história, combateu com talento, energia e veemência a política do primeiro reinado”¹².

É importante sublinhar que o jornal *O Contemporâneo* circulou em Minas Gerais durante os primeiros anos da República (1890 a 1902), período em que se buscava construir a memória da nação e criar grandes heróis nacionais. Portanto, devemos considerar a importância de nossa personagem para o desenvolvimento de Sabará. Nogueira foi o primeiro de uma série de homenageados nas páginas do jornal, o que indica sua posição social e política privilegiada, demonstrando que suas ações repercutiram naquela sociedade e que, de alguma maneira, sua memória perdurou até o início do século XX.

Em um trecho publicado no jornal *O Vigilante*, de 1833, faz-se referência a Pedro Gomes Nogueira destacando seu cargo de presidente da Câmara Municipal, o exercício de juiz de fora e de juiz de direito, além de seu pertencimento às ordens de Cristo e do Cruzeiro¹³. Chama-nos a atenção particularmente o destaque dado aos títulos de nobreza; o primeiro, cavaleiro da Ordem de Cristo, de origem portuguesa, que remonta ao século XIII, que era, no Brasil, concedida a cidadãos que prestavam importantes serviços à coroa e eram agraciados também com títulos militares e soldos¹⁴. A Imperial Ordem do Cruzeiro, instituída em 1822 por D. Pedro I, foi destinada a celebrar a fundação do Império e substituída a Ordem de Cristo portuguesa. Dentre os motivos da concessão de honrarias, destacavam-se os serviços prestados, as provas de patriotismo, os atos de fidelidade e a adesão à majestade imperial¹⁵.

A monarquia lusitana, estabelecida no Brasil, reproduziu seus mecanismos patrimonialistas, construindo conexões com a elite local por meio da concessão dos títulos de nobreza (Villalta, 2013).

¹⁰ Nas fontes consultadas, não encontramos nenhuma referência a Pedro Gomes Nogueira como republicano. Segundo Pandolfi (2016), o termo “republicano” não era usado naquele momento. Os liberais mineiros que defendiam o federalismo negavam a intenção de instaurar uma república.

¹¹ Optamos por atualizar a ortografia, ao apresentar o conteúdo das fontes, para tornar a leitura mais fluida.

¹² *O Contemporâneo*, Anno IX, n.º 7, 15 de junho de 1902, capa.

¹³ *O Vigilante*, n.º 79, 06 de fevereiro de 1833, p. 2.

¹⁴ “A Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (Ordem de Cristo) foi criada pelo rei D. Dinis (1261-1325) ainda no tempo da dinastia de Borgonha, herdando parte dos bens da extinta Ordem dos Templários. Essa ordem da qual o infante D. Henrique foi mestre e governador, teria importante papel nos descobrimentos ultramarinos do século XV” (Vainfas, 2001, p. 432. Ordens militares).

¹⁵ Vainfas, 2002, p. 553. Nobreza.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842) Aos títulos que recebeu de “Sua Majestade”, Nogueira correspondia com entusiasmo, chegando a protagonizar as festividades e atos públicos em celebração ao imperador e sua família. Em 1819, com o nascimento da Princesa da Beira, Maria da Glória, as festividades envolveram casas iluminadas com adornos, fogos de artifício, ocorrendo, ainda, várias celebrações religiosas. Em 21 de abril de 1819, o coronel do Primeiro Regimento de Cavalaria de Milícias apresentou, na rua, uma música de sua autoria, executada por “hábeis professores”; além disso,

[...] fez estrondar em torno da vila, a fim de que não ficasse alguém que ignorasse o motivo de tanto júbilo e repetindo-se esta ação naquelas três noites na primeira, o Doutor Desembargador Ouvidor Joze Teixeira da Fosenca Vasconcellos louvou e apreciou o Merecimento da invenção [...] (Casa Borba Gato, Câmara Municipal de Sabará (CMS), (COR)2, (1817-1822), p. 94-101).

Podemos destacar o fim educativo das ações de Nogueira durante essas comemorações. Naquele contexto, os súditos habitantes da principal colônia portuguesa, sede do governo imperial, deveriam aprender a exaltar a família real, seus feitos e os acontecimentos relacionados a ela. A glorificação do monarca e da família real e a produção de rituais e símbolos que a distinguiam da vivência ordinária, constituíam parte fundamental do triunfo da monarquia, de sua efetivação (Schwarcz, 1998). Havia uma preocupação em demonstrar a toda a vila, através de sua música, dos rituais religiosos e militares, a importância do nascimento da princesa. Gomes Nogueira contribuía para a produção desse fenômeno, que não pode ser entendido simplesmente como festejo, mas como um processo de inculcação de valores ao público, para que “[...] não ficasse alguém que ignorasse o motivo de tanto júbilo”.

No dia 29 de maio, o coronel do Primeiro Regimento exibiu um show de fogos de artifício que contornaram as paredes de um edifício localizado na Praça do Rosário. Segundo os registros da Câmara sabarense, depois que foram expandidos pelos ares uma imensidão de fogos de várias espécies “[...] que arrebatavam a vista [...]”, no “[...]edifício inflamando [...]” despontou uma “[...] luminosa inscrição [...]” que dizia: “O Patriotismo do primeiro Regimento de Cavalaria”. Por fim, Nogueira subiu com seus oficiais ao palanque para aplaudir “[...] o divertimento [...]” e, ao som da “[...] memorada música do mesmo Regimento [...]”, fez entoar o seguinte hino:

D. Alva princesa o nascimento dá graças mil de mãos erguidas Sabará de glória e gosto exultara vasto Brasil reino ditoso ao céu piedoso dá graças mil venturosa sempre seja a aliança com que prospera a Real Bragança vasto Brasil reino ditoso ao céu piedoso dá graças mil (Casa Borba Gato, Câmara Municipal de Sabará (CMS), (COR)2, (1817-1822), p. 94-101).

Também nesse ato, Nogueira exibiu seu patriotismo, ou o já referido “Patriotismo do Primeiro Regimento de Cavalaria”, que, segundo seus princípios, deveria ser seguido por todos os sabarenses. Entendemos que o hino executado demonstrou o regozijo sabarense pelo nascimento da princesa e, também, construiu esse contentamento nos sabarenses. O hino ensinou que dar graças a tal nascimento foi uma maneira de apostar no triunfo da aliança entre a família real portuguesa e o Brasil. A palavra “aliança” demonstrava uma posição política, o desejo de um Brasil que fizesse parte do Império Português e que não fosse mais uma colônia submissa e explorada por sua metrópole.

Nogueira também participou das três festividades na Igreja que ocorreram nos dias 30 e 31 de maio, e no dia primeiro de junho de 1819. Os três regimentos de Cavalaria, Infantaria e dos Henriques deram as descargas de tiros como era de costume. Depois, o coronel Pedro Gomes Nogueira, que comandava a Brigada, mandou que fossem retirados os capacetes e barretinas, fazendo repetir três vivas a “Sua Majestade” e a toda família real. A descrição da Câmara ainda acrescenta que o mesmo coronel, no dia 30, fez um convite geral para

[...] a diversão que tinha preparado na sua casa essa noite assistindo a ela o Doutor Desembargador Ouvidor e Oficialidade do Regimento, todas as pessoas da Nobreza com suas distintas famílias, se repetiu o Hino antecedente e se enlaçaram muitas danças do melhor gosto compelida ordem ao som de belíssimo instrumentado [...] (Casa Borba Gato, Câmara Municipal de Sabará (CMS), (COR)2, (1817-1822), p. 94-101).

O trecho acima permite inferir o prestígio político de Pedro Gomes Nogueira, sua influência na sociedade de corte, e a transposição dos atos públicos para o ambiente privado de sua residência, com a presença tanto de autoridades políticas quanto de grupos de poder econômico. Tal posição de respeito e submissão ao monarca era, no entanto, consoante às conveniências políticas que, entre os anos 1821 e 1822, se mostravam bastante sensíveis. Enquanto o monarca, em visita real, conseguia a adesão de parte importante dos líderes da província de Minas Gerais, buscando garantir a conexão entre o poder central e o local, Nogueira se destacava pela defesa da revogação dos decretos da corte que reforçavam a manutenção do Brasil ao status de colônia (Nascimento, 2013). Esses movimentos de legitimação do príncipe regente e de crítica às ordens vindas da corte foram fundamentais para a viabilidade do movimento separatista.

Entretanto, quase uma década depois, quando já imperador, esse mesmo monarca foi alvo de rejeição pelos grupos que outrora o defenderam. Segundo Sobrinho (1961, p. 93), a circulação de ideias de jornais liberais em Sabará teria “[...] solapado a resistência dos fiéis súditos e em pouco tempo estava a Câmara com dificuldade para explicar como se dera a reversão política em Sabará”.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842)
Um dos jornais citados pelo autor foi o *Novo Argos*, que defendia a reforma de alguns artigos da Constituição, especialmente do artigo 165 que autorizava o governo central a nomear e demitir os presidentes das províncias. Sobrinho afirma que em pouco tempo

[...] inflamou-se um grupo exaltado contra o Imperador, que passou a constituir mais tarde, a ‘Sociedade Pacificadora e Filantrópica Defensora da Liberdade e Constituição’, à frente o coronel Pedro Gomes Nogueira e o Padre Mariano de Souza Silvino, além de alguns membros da própria Câmara. [...] Para melhor propagação da nova ordem, o Cel. Pedro Gomes fundou o jornal ‘Atleta Sabarense’ que logo se integrou na cadeia da libertação, como o lábaro flamejante e combativo: ‘Melhor nos é morrer na dura guerra, do que ver nossa Pátria escravizada’ (Sobrinho, 1961, p. 93).

Em 16 de setembro de 1830, a Câmara Municipal de Sabará recebeu um ofício do presidente da província, informando que o imperador e a imperatriz fariam uma visita à Fidelíssima Vila de Sabará. Segundo Sobrinho (1961), D. Pedro I, que foi por algum tempo o ídolo dos brasileiros, começou a atender as demandas de Portugal, limitando a autonomia brasileira. A vinda do imperador, portanto, teve o objetivo de acalmar as reações dos mineiros com relação a tais atitudes.

Assim como Sobrinho (1961), Monteiro (1946) e Sousa (1957), Pandolfi (2016) também interpreta a rejeição ao imperador, relacionando-a ao caráter déspota e antinacionalista de D. Pedro I, denunciado pelos liberais exaltados do período. Contudo, a autora chama a atenção para o esforço da historiografia contemporânea em questionar o binômio centralização-descentralização, identificando certa dinâmica de negociações entre o imperador e as províncias. A autora destaca a importância de Minas Gerais naquele período e considera que a segunda visita do imperador tinha como objetivo “[...] negociar e/ou acomodar as propostas das elites liberais mineiras” (Pandolfi, 2016, p. 37).

Entre dezembro de 1830 e março de 1831 foram publicados, no *Diário Fluminense*, relatos da viagem do imperador¹⁶, escritos pelo cronista oficial da comitiva. As notícias sobre todo o trajeto, inclusive sobre a passagem por Sabará, destacavam: as demonstrações de júbilo e respeito; as festas; os fogos; as músicas; e as missas preparadas com esmero para receber a comitiva imperial. Segundo nos conta o cronista, Pedro Gomes Nogueira compunha a deputação da Câmara Municipal da Vila de Sabará, que foi ao encontro de D. Pedro I na casa do inglês G. F. Lion, proprietário das lavras em Morro-Velho, no dia 9 de fevereiro de 1831. Tal deputação dirigiu um discurso felicitando o imperador pela “[...] prosperidade de sua jornada [...]”, declarando o reconhecimento e adesão da

¹⁶ Tais relatos foram transcritos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 60, 1897. Fonte digitalizada e consultada em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/007863591>>. Acesso em: 21/01/2025.

Câmara, além da fidelidade dos sabarenses aos princípios do sistema de governo monárquico representativo.

No entanto, *O Atleta Sabarense*, jornal da Sociedade Pacificadora sabarense, noticiou que na noite de 10 de fevereiro de 1831, em Sabará:

[...] recebem-no [o imperador] friamente, e, em espetáculo de gala protocolar, abre-se o nosso teatro. Enchem-no de nobres e plebeus. Passa D. Pedro entre alas respeitadas, mas silenciosas, e ao se mostrar à frente de seu camarote, ouve o viva da pragmática: **Viva o Imperador D. Pedro II!** Rápido silêncio se sucede: ligeira indecisão emudeceu os presentes. Nos camarotes, erguem-se as damas, na plateia agitam-se as cartolas, e, estuante de energia, chefiado por Pedro Gomes Nogueira, ouve-se a resposta: **Viva o Senhor D. Pedro I, enquanto for Constitucional!** Decorre a representação num ambiente de mal-estar. No dia seguinte, D. Pedro, interrompendo a visita, regressa à Corte (Passos, 1942, p. 255 *apud* Sobrinho, 1961, p. 97, grifos das autoras)¹⁷.

Já o cronista oficial¹⁸ relatou que nos intervalos entre os atos da peça ocorrida no teatro eram “[...] dados vivas a Sua Majestade Imperial, a família imperial e a Constituição do Império **como se jurou, sem alteração**” (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 60, 1897, p. 347, grifos das autoras)¹⁹. Pandolfi (2016) observa o destaque dado pelo cronista à reprovação do imperador a qualquer alteração na constituição. Podemos nos perguntar se tal destaque seria uma resposta à manifestação do grupo chefiado por Nogueira no teatro sabarense.

O ocorrido teria antecipado o retorno do imperador ao Rio de Janeiro e é possível supor que tenha motivado a proclamação recitada em Ouro Preto, no dia 22 de fevereiro de 1831. Tal proclamação, para Pandolfi (2016, p. 46), foi o ponto de virada da viagem de D. Pedro I. A visita, até aquele momento, estava causando reações positivas e fortalecendo a imagem de um imperador defensor da constituição e aberto às negociações.

Na proclamação, D. Pedro I denunciou a existência de um “partido desorganizador” que atentava contra a constituição. O imperador possivelmente se referia ao movimento sabarense liderado por Pedro Gomes Nogueira. A proclamação acirrou os conflitos entre liberais e conservadores, culminando na abdicação de D. Pedro I²⁰.

¹⁷ Segundo Sobrinho (1961, p. 96), a Câmara Municipal de Sabará não registrou as manifestações contra o imperador e só foi possível acessar essa informação, graças ao trecho transcrito de *O Atleta Sabarense*, por Zoroastro Passos, em sua obra *Em torno da história de Sabará* (1942).

¹⁸ O cronista data o ocorrido na noite de 12 de fevereiro de 1831. Há um desacordo em relação à data indicada no relato publicado pelo *O Atleta Sabarense* – 10 de fevereiro.

¹⁹ Fonte digitalizada e consultada em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/007863591>>. Acesso em: 21/01/2025.

²⁰ A abdicação de Pedro I ocorreu somente em 7 de abril de 1831.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842)

Tais posicionamentos contraditórios – inicialmente ser fiel ao Imperador D. Pedro I e depois participar de um movimento para destituí-lo – estão longe de serem incoerentes, pois caracterizavam a elite intelectual e política da primeira metade do século XIX, em especial quando se tratava dos liberais moderados. Para estes, o período pós-independência pedia a instauração de uma nova ordem, superando o chamado “Antigo Regime”, mas não a ponto de provocar uma revolução nacional. Associada à ideia de soberania da razão e, portanto, de ilustração, a moderação pode ainda ser relacionada com noções como: “[...] *juste milieu*, liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e ambiguidade diante da ideia de revolução” (Morel, 2005, p.120). Segundo Morel, é possível identificar uma tendência nas transformações e deslocamentos da noção de *juste milieu*:

[...] em 1821 indicava guardar a unidade entre Brasil e Portugal; após 1822 punha-se como a defesa da Independência do Brasil associada ao imperador; durante o Primeiro Reinado a preocupação era distanciar-se dos absolutistas e Exaltados. Em 1830 cuidava-se de mudar o ministério e manter o monarca. E em abril de 1831, para ser Moderado, era preciso destituir o mesmo monarca – e logo em seguida o almejado equilíbrio consistia em evitar a anarquia (Morel, 2005, p. 124).

Como pudemos ver, ao se alinhar aos liberais moderados, Pedro Gomes Nogueira passou por uma transição ideológica, indo da celebração e defesa da família real para um posicionamento crítico em relação ao papel do imperador nos rumos da organização política do Brasil. Orquestrava seus pares nos espaços públicos, sendo, também por eles, constituído politicamente.

A Sociedade Pacificadora e Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição

Seis meses depois de Pedro Gomes Nogueira liderar a manifestação de descontentamento, no teatro, por ocasião da visita de Dom Pedro I, foi ele quem encabeçou “[...] o movimento de criação de uma sociedade política, com os princípios norteadores da sociedade da Corte” (Santos, 2014, p. 89). Nogueira assinou como presidente, em 10 de agosto de 1831, os Estatutos da Sociedade Pacificadora e Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição²¹ de Sabará, composta por 60 sócios (Santos, 2007, p. 92). Os Estatutos estipulavam como objetivos da sociedade:

Titulo 3.º

Art.º 14.º Os fins da Sociedade são.

§ 1.º Promover estabelecimentos de caridade, e Instrução Publica.

²¹ Fonte consultada no anexo 4 da tese de Inácio (2010). Para mais informações sobre essa sociedade, ver Inácio (2010) e Santos (2007).

§ 2.º Velar sobre a economia interior destes, e da Sociedade.

§ 3.º [Coadjurar] a Segurança Nacional, e individual por conselhos, persuasões, e representações às Autoridades, ao Poder Executivo, e Legislativo, e pelas armas nas oscilações Políticas, insurreição intestina, e invasão inimiga (*Estatutos da Sociedade Pacificadora Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição*, SP PP 1/7, cx. 01, pac. 03 *apud* Inácio, 2010, anexo 4).

Em meio às tensões que culminaram no fim do Primeiro Reinado e que tiveram continuidade nos primeiros anos da Regência, diante da existência de “partidos desorganizadores” e das ameaças de “insurreição da escravatura” (Santos, 2014), os intelectuais e dirigentes de Sabará reuniram esforços, a partir da Câmara Municipal, para a criação de uma sociedade política e filantrópica e da Guarda Nacional de Sabará – instituições organizadas no sentido de garantir o “sossego público”.

Essa iniciativa de associacionismo, em defesa da ordem e para finalidades filantrópicas, caracterizou o início do período regencial no Brasil, que, de modo semelhante aos jornais, expressou um novo modo de fazer política pelo caráter público defendido pelos liberais (Basille, 2022). Além do suporte tradicional a instituições, como as Santas Casas de Misericórdia e instituições de caridade, novas entidades passaram a ser foco das associações, como as literárias, artísticas e científicas (Basille, 2022).

A sociedade pacificadora de Sabará assumiu um caráter misto, de apoio filantrópico e de defesa, prevendo o uso de armas para dissuadir a “invasão inimiga”, se necessário. Essas nuances marcaram algumas associações que se desenvolveram na província de Minas Gerais (Inácio; Faria Filho, 2019).

A imprensa

Uma das formas de atuação política de Nogueira, que se destacou, foi a redação de jornais. Ele fundou o *Atleta Sabarense*²², redigiu *O Vigilante*, jornal criado pela Sociedade Pacificadora Philantropica e Defensora da Liberdade e Constituição, que circulou de 1832 até 1835, e, após a extinção dessa Sociedade, adquiriu a tipografia da mesma e fundou o *Estafeta*, periódico que circulou de agosto a dezembro de 1842.

O Vigilante foi criado em Sabará, com a principal finalidade de divulgar as ações da Sociedade Pacificadora Philantropica e de seus membros. Segundo Santos (2007), nos Estatutos da Sociedade²³, Título VI, artigo 19, era evidente a preocupação com a publicação dos atos e das sessões abertas. O

²² Sobre o periódico *Atleta Sabarense*, a referência feita por José Seixas Sobrinho (1961) é a única informação que possuímos. Portanto, desconhecemos o período de circulação.

²³ SP PP 1/7 Cx 01 1831 *apud* Inácio, 2010, p. 272-274.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842) artigo 20 expressava a necessidade da aquisição de uma tipografia que imprimiria, duas vezes por semana, um exemplar do jornal.

Algumas providências foram tomadas desde a formulação dos Estatutos. Em reunião do dia 1.º de janeiro de 1832, foi discutida a necessidade de cada sócio indicar um jovem que tivesse aptidão para aprender a arte de compor. Decidiu-se, então, criar uma comissão para encaminhar essa proposta, ficando Pedro Nogueira responsável por ela²⁴. Guimaraens Júnior, filho de um dos sócios da Sociedade, foi designado para aprender “a arte da tipografia” em Ouro Preto²⁵, o que consta na ata de 15 de janeiro de 1832, época em que, naquela cidade, já eram impressos pelo menos quatro periódicos: *O Universal* (desde 1825); *Estrella Marianense* (desde 1830); *Gazeta de Minas* (desde 1831); e *O Novo Argos* (desde 1829). O jovem Guimaraens teve dificuldade em cumprir essa tarefa, por motivo de adoecimento²⁶. Entretanto, finalmente, em abril de 1832, foi fundado o tão aguardado jornal *O Vigilante* e, a partir de então, em todas as quartas e sábados,

[...] seus exemplares poderiam ser adquiridos tanto de modo avulso (\$80rs), como também através de assinaturas trimestrais (2\$000 rs) ou anuais (8\$000 rs). As assinaturas poderiam ser feitas na loja do sócio Francisco Xavier Barboza. Nesse jornal publicavam-se os atos da Sociedade Pacificadora, da Irmandade de Misericórdia, da Câmara sabarense, as cartas dos leitores, os artigos de outras sociedades e algumas leis (Santos, 2007, p. 98).

Esse jornal é, portanto, uma fonte importante para compreender a atuação de Pedro Gomes Nogueira na sociedade sabarense e sua ligação com essas instituições. Através delas, é possível perceber como uma parcela da elite sabarense se mobilizava, por quais frentes agia para alcançar o objetivo de construir uma sociedade civilizada, e quais eram as tensões que existiam entre os diversos grupos sociais. Dentre os assuntos que eram veiculados por esse jornal, podemos destacar a administração pública e as questões relacionadas com a vida urbana, a instrução, a preocupação com o estabelecimento e controle da ordem, além de textos que marcavam a identidade política da Sociedade Pacificadora e de seus membros, evidenciando relações estabelecidas com outras sociedades e periódicos.

Durante a Sedição de Ouro Preto, que ocorreu no ano de 1833, *O Vigilante* declarava-se contra os sediciosos, anunciava a saída da Guarda Nacional para o combate, denunciava traidores, e, por fim, comemorava o fim da sedição parabenizando os heróis dessas lutas. Publicava também os

²⁴ *O Vigilante*, n.º 75, 23 de janeiro de 1833, suplemento.

²⁵ *O Vigilante*, n.º 75, 23 de janeiro de 1833, suplemento.

²⁶ *O Vigilante*, n.º 78, 02 de fevereiro de 1833, suplemento.

festejos e o regozijo dos sabarenses pelo fim da sedição. Fica evidente a preocupação de Nogueira em marcar sua posição política contra os “revoltosos”, vigilante com relação aos traidores. Na década de 1840, em meio à Revolução Liberal, Pedro Gomes Nogueira adquiriu a tipografia da Sociedade Pacificadora²⁷ e levou-a para sua residência na Rua da Ponte Pequena. Nessa época, ela chamava-se Thypographia Patriótica Sabarense²⁸, passando, posteriormente, em setembro de 1842, a se chamar de Thypographia de Pedro Gomes Nogueira²⁹. Nela, eram impressos os exemplares do periódico *Estafeta*, redigido pelo novo proprietário. O primeiro exemplar do jornal foi publicado em 04 de agosto de 1842. Na capa, Pedro Gomes Nogueira anunciava que

O fim principal desta nova edição é advertir aos incautos, contra as ciladas dos homens, que se dizem opositoristas, empunhando as armas e invadindo povoações enormes com o pretexto ostensivo e capcioso de defenderem as instituições militares da atual gloriosa luta, em que se acha o Governo empenhado (*Estafeta*, n.º 1, 04 de agosto de 1842, capa).

O *Estafeta* começou como uma “pequena folha”, em meio à Revolução Liberal que teve início em Minas Gerais na cidade de Barbacena, no dia 10 de junho de 1842. Pedro Gomes Nogueira mostrava-se fiel ao Império e à lei ao inteirar o presidente da província “[...] da coação em que foi posto pelas forças rebeldes que ocuparam a cidade de Sabará” no dia 8 de julho de 1842³⁰. Nogueira estava, aqui, justificando o fracasso dos “cidadãos sabarenses” que foram vencidos pelos rebeldes, e, assim também, o próprio fracasso.

A folha seguinte, de 20 de agosto do mesmo ano, foi publicada em um formato maior e Nogueira justificava a mudança dizendo que “[...] a confluência de matéria e o desejo de algumas pessoas, dão a este Periódico maior formato, e por conseguinte duplica-se o preço da assinatura” (*Estafeta*, n.º 2, Sábado 20 de agosto de 1842). Assim como em sua atuação durante a sedição de Ouro Preto como redator d’*O Vigilante*, Nogueira marcou sua posição política contra os “rebeldes”, publicando notícias relacionadas ao combate em Alagoa Santa³¹, ordens do dia do quartel General de Ouro Preto, de Caethe e Sabará, entre outros. Enfatizou a necessidade de controlar os revoltosos em busca da ordem na cidade.

Naquele momento, o exército pacificador de Caxias já havia tomado a capital da província, Ouro Preto, ou seja, a revolução estava perdendo forças. No dia da publicação desse exemplar do

²⁷ Sobre essa Sociedade, tem-se notícias apenas até 1835. Ver Santos (2007, p. 98).

²⁸ *Estafeta*, n.º 01, 04 de agosto de 1842; *Estafeta*, n.º 02, 20 de agosto de 1842.

²⁹ *Estafeta*, n.º 03, 19 de setembro de 1842.

³⁰ *Estafeta*, n.º 1, 04 de agosto de 1842, p. 2.

³¹ Segundo Santos (2014, p. 120), Alagoa Santa corresponde hoje a Lagoa Santa – MG.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842) jornal, 20 de agosto, ocorreu o combate em Santa Luzia, no qual os sediciosos saíram derrotados, o que pôs fim à Revolução Liberal em Minas Gerais. A partir de então, Nogueira, por meio do *Estafeta*, dava notícias dos presos; de seus julgamentos; das festas em comemoração pelo controle da revolução, sobre a necessidade de extinguir a rebelião do Rio Grande; e elogiava combatentes, como o coronel Manoel Antonio Pacheco, por conta da vitória no combate em Alagoa Santa, que segundo Nogueira, preparou as vias para o “memorável” 20 de Agosto.

A Câmara Municipal de Sabará

Através das atas de sessão da Câmara Municipal de Sabará, encontramos registros da atuação de Pedro Gomes Nogueira como vereador e presidente desde as primeiras décadas do século XIX. Nogueira se destacava por cobrar do governo provincial o cumprimento da lei e por enviar propostas de “melhoria” para Sabará. Em 1829, Nogueira e outros cinco vereadores³² enviaram um ofício ao presidente da província, João Joze Lopes Mendes Ribeiro, solicitando que ele levasse ao imperador a demanda do Termo por escolas. Tais vereadores reivindicavam que se cumprisse a legislação sobre a instrução pública³³, oferecendo cadeiras de primeiras letras em várias localidades do Termo. Ainda justificavam a solicitação, argumentando sobre os benefícios que homens educados poderiam oferecer à nação e os problemas de desordem que uma população ignorante e sem educação poderia causar (Santos, 2007). Aqui podemos observar que Pedro Gomes Nogueira agia de acordo com sua posição social, como vereador, para pôr em prática seus princípios, como a crença na soberania da lei e na necessidade da instrução da população para manter a ordem.

O vereador Nogueira preocupava-se, também, com as estradas e os correios. Em 1831, segundo Santos, propôs ao conselho da província a criação de uma malha dos correios capaz de ligar diretamente a vila à corte, pois,

[...] como o trajeto vigente passava primeiro pela capital da província, Ouro Preto, tinha-se um aumento de 6 dias na viagem no percurso. Passando o correio a ir diretamente para a Corte, gastar-se-iam 18 dias para completar o transporte da correspondência. Na proposta, o argumento apontado era o de que, em decorrência do aumento do comércio, havia a necessidade de se contar com um correio mais ágil, que, futuramente, pudesse ser ampliado (Santos, 2007, p. 80-81).

³² Bento de Faria Sodré, Francisco José dos Santos Broxado, Ignácio Antonio Cezar, Manoel de Araujo da Cunha, Manoel de Freitas Pacheco (SP PP 1/33, Cx.228, Pac. 18, 13/10/1829 *apud* Santos, 2007, p. 113-114).

³³ Refere-se à Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827, que determinava que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

Como conciliava a função de redator d'*O Vigilante* com a de vereador, Nogueira publicou cartas de leitores que denunciavam a necessidade de consertar calçadas³⁴ e estradas³⁵ da cidade por estarem em ruínas. Tais publicações compunham uma narrativa que conferia imparcialidade ao vereador, que também era negociante e, portanto, se beneficiaria com a melhoria das estradas e do trânsito entre Sabará e o Rio de Janeiro. As cartas eram respondidas pelo redator, que justificava a impossibilidade de a Câmara realizar tais obras, por falta de dinheiro. No período da publicação dessas cartas, Nogueira ocupava o posto de presidente da Câmara Municipal³⁶, e vemos sua atuação dupla, denunciando, por meio do jornal, a situação precária em que se encontravam os cofres públicos, e cobrando providências do governo provincial.

Em 1836, a falta de recursos também impossibilitou a realização da mudança do leito do Rio Sabará, tão discutida pela Câmara. Tal obra era necessária para cessar as enchentes que ocorriam nos períodos chuvosos, causando grandes prejuízos aos sabarenses. Segundo Santos (2007), o presidente da Câmara tentou “[...] obter recursos por meio de subscrições e descontos no pagamento dos foros, com os moradores, mas não obteve os resultados”, segundo o próprio Nogueira, por ter sido aquele 1836, um ano de fome.

O lugar social que Pedro Gomes Nogueira ocupava, como vereador e presidente da Câmara Municipal e membro da Sociedade Pacificadora, permitiu que utilizasse o periódico *O Vigilante*, para fortalecer e legitimar as ações da Câmara e da Sociedade. A preocupação com o estabelecimento e o controle da ordem era muito evidente; eram publicadas denúncias da existência de vadios e cobrava-se das autoridades um maior controle dessa situação. Por outro lado, eram também divulgadas as ações da Câmara Municipal em benefício do desenvolvimento urbano, como, por exemplo, a publicação de um pedido da mesma pela criação do lugar de juiz cível, alegando a falta de polícia e a existência de muitos vadios e ladrões³⁷. Nogueira deixou transparecer, com essas notícias, as necessidades urgentes para o estabelecimento da ordem em Sabará, e as dificuldades em supri-las mesmo com os investimentos da Câmara.

A Guarda Nacional

As inúmeras queixas em relação aos “vadios” e ladrões contribuíram para aumentar a insegurança dos moradores de Sabará, fato que era agravado pelos movimentos sediciosos

³⁴ *O Vigilante*, n.º 171, 28 de dezembro de 1833.

³⁵ *O Vigilante*, n.º 211, 17 de maio de 1834.

³⁶ Pedro Gomes Nogueira foi vereador da Câmara Municipal de Sabará entre os anos de 1829 e 1832, e presidente da mesma de 08 de janeiro de 1833 a 07 de janeiro de 1837.

³⁷ *O Vigilante*, n.º 228, 16 de julho de 1834. Nesse período, Pedro Gomes Nogueira não era mais o redator do jornal.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842) presenciados no período. A segurança pública se constituía, assim, como um dos temas recorrentes nas discussões políticas não só em nível local, mas dentro do projeto de construção da moderna nação brasileira, ordeira e civilizada. A Sociedade Pacificadora sinalizava, em seus Estatutos, que muito em breve seria criada a Guarda Nacional de Sabará e manifestava seu apoio à instituição. Consta no Título 4.º Do Armamento, artigo 17.º: “Logo que se criar o corpo de Guardas Nacionais a Sociedade se alistará no mesmo, e observará em tudo as determinações da Lei”³⁸. Dessa forma, a sociedade cumpria seus objetivos relacionados à dimensão “pacificadora” e de defesa da liberdade e constituição, zelando pela segurança pública.

Em discussão na Câmara, o vereador Manoel de Freitas Pacheco propôs o encaminhamento para a criação da Guarda Nacional no município e na província, a exemplo de outras localidades no Império (Santos, 2007). Criada pela lei de 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional configurou-se como uma organização paramilitar que surgiu em um contexto em que as sedições assolavam o Império, havendo o questionamento sobre a capacidade do exército em preservar a ordem. Sua atuação abrangia o âmbito municipal, estando subordinadas aos juízes de paz. Era formada por todos os cidadãos entre 21 e 60 anos e que possuíam renda mínima de 100 mil-réis, o que significava a exclusão da maioria da população, e, portanto, ficava nas mãos das elites econômicas e políticas (Vainfas, 2002, p. 318).

A Guarda Nacional foi criada, portanto, pelos liberais durante a Regência, e logo se constituiu “[...] em símbolo nacional que procurava traduzir uma imagem para o Brasil como nação independente, e particularmente em sua face mais imediatista, garantir a pacificação e a manutenção da ordem” (Saldanha, 2002, p. 12 *apud* Santos, 2007, p. 97). Pedro Gomes Nogueira, assim como alguns dos sócios da Sociedade Pacificadora, também se alistou na Guarda Nacional.

A Santa Casa de Misericórdia

Das ações de Pedro Gomes Nogueira por meio da Câmara Municipal e da Sociedade Pacificadora, relacionadas à filantropia, destaca-se o envolvimento com a criação e manutenção da Santa Casa de Misericórdia. Em ata de julho de 1831, a Câmara de Sabará propôs a utilização da casa do hospício para a criação de um hospital destinado a cuidar dos doentes e a criar as crianças expostas³⁹. Denominada Casa e Hospital de Misericórdia, possuía Irmandade própria. As irmandades

³⁸ Estatutos da Sociedade Pacificadora Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição *apud* Inácio, 2010, p. 272-274.

³⁹ Devido a dificuldades financeiras, a Santa Casa de Sabará acabou não assumindo o atendimento às crianças expostas. Para mais informações, ver Santos (2007).

durante o século XIX tinham uma expressiva atuação em relação à caridade e as sociedades políticas também se preocupavam com essa questão.

Em Sabará, os sócios da Sociedade Pacificadora e Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição foram responsáveis pela fundação da Irmandade de Misericórdia da Comarca do Sabará. Portanto, podemos dizer que Pedro Gomes Nogueira, como presidente da dita sociedade e vereador da Câmara Municipal, estava à frente nesse processo⁴⁰. Além disso, *O Vigilante* publicava uma série de matérias e notícias acerca da Casa de Misericórdia, como, por exemplo, um “aviso” convidando as senhoras sabarenses para se vincularem à Irmandade da Santa Casa⁴¹, ou uma matéria relativa ao hospital, extraída do parecer da comissão de visitas, que denunciava as condições precárias da Santa Casa. É interessante destacar que o redator menciona os esforços e doações dos sócios da Sociedade Pacificadora para a manutenção da Santa Casa, nos fazendo supor que a elite sabarense cumpria o seu papel, enquanto o município, não.

O teatro

Apesar de o edifício teatral sabarense ter sido inaugurado por ocasião das festas em comemoração pelo nascimento da Princesa da Beira, no ano de 1819⁴², os registros do envolvimento de Pedro Gomes Nogueira com o teatro são de meados do século XIX. Segundo Sobrinho (1961), nesse período, o coronel Pedro Gomes Nogueira e o padre Mariano de Souza Silvino foram os que mais tempo sustentaram a sobrevivência da casa de espetáculos.

O edifício teatral sabarense foi vendido em 20 de outubro de 1838 para representantes da Companhia Theatral da cidade. Na escritura⁴³ de compra e venda, dívida e quitação, esses representantes foram nomeados membros da “sociedade theatral”, como o coronel Pedro Gomes Nogueira, o capitão Antonio Rodrigues de Carvalho e Caetano José Coutinho da Fonseca. Ao que tudo indica, existia uma sociedade, um grupo de acionistas, que administrava o teatro e o coronel Nogueira era um dos que estavam à frente desse grupo.

⁴⁰ Pedro Gomes Nogueira compõe uma lista de 60 nomes de sócios da Sociedade Pacificadora e Philantropica Defensora da Liberdade e Constituição enviada para o presidente da província mineira. Segundo Santos (2007), esses 60 homens foram os responsáveis pela fundação da Irmandade de Misericórdia da Comarca do Sabará.

⁴¹ *O Vigilante*, n.º 84, 23 de fevereiro de 1833.

⁴² Segundo Sobrinho (1961), por ocasião das festas em comemoração pelo nascimento da Princesa da Beira, foi inaugurado, em dois de junho de 1819, o segundo edifício do teatro sabarense. Nessa noite os oficiais da intendência ofereceram a representação do drama *Maria Teresa, Primeira Imperatriz da Áustria*.

⁴³ Arquivo Documental do Museu do Ouro que está na Casa Borba Gato em Sabará. Livro de Notas LNC (CPON) 96-19. p. 25, 25V, 26.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842) Segundo Sobrinho (1961), em 1839 “[...] o estado do edifício teatral [...] era aflitivo”. No entanto, no mesmo ano foi concedida a primeira extração de loteria em benefício do teatro de Sabará. Esse é um sinal de que, naquele momento, o teatro acontecia na cidade, caso contrário, a extração da loteria não teria sido concedida. É intrigante o fato de que o periódico *Estafeta*, redigido por Nogueira em 1842, não registrasse apresentações teatrais, embora noticiasse outros eventos de mesma natureza, como⁴⁴ a comemoração do aniversário de D. Pedro II, que registra celebrações na capela do Carmo; apresentações de música vocal e instrumental; queima de fogos de artifício; discursos; descargas de tiros pela Guarda Nacional; e um baile composto por vivas, contradanças, valsas, maçãs, doces e vinhos, oferecido pela Sociedade Harmonia Sabarense, na casa de Pedro Gomes Nogueira.

Essa notícia nos provoca alguns questionamentos. Seria essa Sociedade Harmonia Sabarense, a sociedade teatral que em 1838 comprou a casa de espetáculos da cidade? Por que não eram noticiadas apresentações teatrais? Vivia-se um período de guerras. Talvez as circunstâncias tornassem as notícias sobre a revolução mais urgentes e prioritárias. Seria esse o motivo de uma pausa nas representações, ou uma pausa nas notícias sobre tais representações?

Ou, ainda, podemos pensar que o edifício teatral não fosse utilizado por essa sociedade para apresentações de dramas, mas, para bailes e apresentações musicais. Se essa última hipótese fosse correta, por que não citar, na notícia publicada no periódico, o espaço teatral, sendo ele um edifício tão importante da cidade? A notícia informava que o baile foi realizado na casa do sócio Nogueira, mas não onde aconteceram as apresentações musicais.

De toda forma, a filiação a uma sociedade teatral, em fins da década de 1830, após um longo percurso atuando nas demais instituições políticas, filantrópicas e paramilitares sabarense, sinaliza os interesses e estratégias de um representante da classe dirigente em difundir a ordem e estabelecer a tranquilidade pública. Segundo sua ótica, o espaço urbano deveria sofrer intervenções – tanto políticas quanto sanitárias, policiais e filantrópicas – e os festejos fariam também parte do desenvolvimento da urbanidade, características de um estado moderno.

Considerações finais

Em que medida o papel de Pedro Gomes Nogueira, como indivíduo, foi central para o entrelaçamento dessas instituições políticas, filantrópicas e culturais? Como dimensionar o papel

⁴⁴ *Estafeta*, n.º 10, 03 de dezembro de 1842, p. 4.

individual sobre o meio? E ainda, como dimensionar as influências de uma conjuntura política e cultural que gerava atuações semelhantes às de Nogueira e de outros membros das elites?

Entendemos que a participação ativa de Pedro Gomes Nogueira na constituição e fortalecimento dessas instâncias configuraram, em seu conjunto, as ações de um intelectual engajado, a partir da acepção de Jean-François Sirinelli (1996). Deslocamos a centralidade na atuação no campo científico, proposto pelo autor, para um tipo de atuação múltipla e igualmente engajada, comum a sujeitos letrados e politicamente ativos no contexto de construção da nação – em seu sentido político, e no sentido da produção de referências sociais.

Tratava-se de um contexto singular nas Américas, que envolvia a constituição de um “império nos trópicos”, inicialmente sob a tutela de Portugal, e, posteriormente, a urgência de construção ou invenção de uma nação com leis, ordem e civilização que permitissem a governabilidade (Gondra; Schueler, 2008). Gomes Nogueira se desenvolveu politicamente com as marcas de seu tempo, conciliando a atividade política no sentido estrito com a direção e redação de jornais (Silva, 2002), e assumindo protagonismo estratégico no espaço público: dos rituais de exaltação da monarquia às várias instâncias de segurança pública, filantrópica e artística que ajudou a estabelecer na Vila de Sabará. Esse conjunto de instâncias constituíam, no sentido amplo, a ação educativa nas primeiras décadas do século XIX, por meio de sujeitos que formavam redes de sociabilidade política e econômica (Gondra; Schueler, 2008).

Como representante político, Gomes Nogueira era um liberal moderado, tendo ajudado a defender a unidade política e sendo vitorioso na Revolução Liberal de 1842. Construiu sua trajetória trazendo preocupações semelhantes às de seus conterrâneos e compatriotas Bernardo Pereira de Vascelos em Vila Rica/Ouro Preto (Paula, 2021); Baptista Caetano de Almeida (Morais, 2002) e José Alcibíades Carneiro (Jinzenji, 2010) em São João Del-Rei; e Berardo Acursio Nunan, em Mariana (Verona, 2020), que, junto a outros, constituíram a elite política e intelectual dos principais centros urbanos da província de Minas Gerais.

Por meio de seus escritos e de suas iniciativas, conjugadas com as de seus pares, defendeu concepções ideológicas, buscou influenciar os demais, e ampliou seus ideais para a esfera pública mais ampla, endereçando-as também para a população livre, as pessoas comuns. Nesse processo, construiu alianças e dissidências, ganhando destaque na cena pública por meio de críticas e homenagens que recebeu, e dos documentos que assinou, buscando viabilizar a governabilidade durante o Primeiro Reinado e o período regencial.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais, políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842)

Fontes

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais, 1.º ano 1864, Rio de Janeiro, Tipografia do Diário do RJ. 97 Rua do Ouvidor. Microfilme Biblioteca Nacional.

Atas da Câmara Municipal de Sabará, (COR)2, (1817-1822), p. 94-101. Casa Borba Gato.

Contemporâneo (O), Sabará, 1902. Microfilme Biblioteca Nacional

Estafeta, Sabará, Tipografia Patriótica Sabarense, 1842.

Livro de Notas. Cartório do Primeiro Ofício de Notas (CPON) 96-19, p. 25, 25V, 26. Casa Borba Gato, Sabará.

Vigilante (O), Sabará, Tipografia da Sociedade Pacificadora, Philantropica e Defensora da Liberdade e Constituição, 1832-1835. Microfilme Biblioteca Nacional.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, Tomo LX, p.305-383, 1897.

As Câmaras municipais e a independência: Província de Minas Gerais. Edição conjunta do Conselho Federal de Cultura (Ministério da Educação e Cultura) e do Arquivo Nacional (Ministério da Justiça) em comemoração ao sesquicentenário da Independência, 1973, v. II, p. 271-274.

Referências

BASILLE, Marcelo. A bem da ordem e tranquilidade: A Sociedade Defensora In: BASILLE, Marcelo. **A politização das ruas**: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências. Volume 1. Brasília: Senado Federal, 2022, p. 169-220.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta T. S.; FARIA FILHO, Luciano M. De; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (Orgs.). **A microhistória e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio**. Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 20.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

INÁCIO, Marcilaine Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação no espaço público: as pedagogias das associações cívico-literárias mineiras. In: LOPES, Eliane Marta T.; CHAMON,

Carla S (Orgs.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República. Volume 2 – Império.** Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 39-62.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831/1840).** Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império.** Tomo 2. Rio de Janeiro: Briguiet, 1946.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831).** Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

MOREL, Marco. **Transformações dos espaços públicos, Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840).** São Paulo: HUCITEC, 2005.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. O poder local e a articulação política em 1822. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). **A Província de Minas, 2.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 27-45.

PAULA, Dalvit Greiner de. **Educação, liberalismo e modernidade em Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850).** Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

PANDOLFI, F. C.. A viagem de D. Pedro I a Minas Gerais em 1831: embates políticos na formação da monarquia constitucional no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 35-55, jan. 2016.

SALES, Zeli E. S. de . Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: Marcos Cezar de Freitas; Moysés Kuhlmann. (Org.). **Os Intelectuais na História da Infância.** 1.ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 245-265.

SANTOS, Marileide Lopes dos. **Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará/Mg 1832-1860.** Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SANTOS, Marileide Lopes dos. Instrução pública em Sabará/MG nos Oitocentos. In: VALE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores. (Orgs.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX.** 1ed. Vol. 2. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições Ltda, 2014, p. 81-96.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador.** D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O intelectual Pedro Gomes Nogueira e as ações educacionais,
políticas e filantrópicas pelo ordenamento de Sabará – Minas Gerais (1810-1842)

SOBRINHO, José Seixas. **O teatro em Sabará: da Colônia à República**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1961.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996 p. 231-269.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I**. Vol. 4. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1957.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERONA, Priscilla Samantha Barbosa. **A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais, na primeira metade dos Oitocentos: estratégias de escrita**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Antigo Regime e a Independência do Brasil (1808-1822). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) **A Província de Minas, 1**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, p. 21-43.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 04/06/2024
Aprovado em: 24/02/2025